



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

**ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA****Preço deste número - Kz: 760,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, <a href="http://www.impressanacional.gov.ao">www.impressanacional.gov.ao</a> - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

## SUMÁRIO

### Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

**Decreto Executivo n.º 585/17:**

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Inspeção deste Ministério.  
— Revoga qualquer legislação que contrarie o disposto no presente Regulamento.

### Ministério do Ensino Superior

**Decreto Executivo n.º 586/17:**

Cria o Curso de Graduação em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Bwila, que confere o Grau Académico de Licenciatura e aprova o plano de estudo do Curso criado.

**Decreto Executivo n.º 587/17:**

Cria 2 Cursos de Graduação no Instituto Superior Politécnico da Universidade Katyavala Bwila, que conferem o Grau Académico de Licenciatura e aprova os planos de estudo dos Cursos criados.

**Decreto Executivo n.º 588/17:**

Cria o Curso de Graduação em Educação Física e Desporto no Instituto Superior de Educação Física e Desporto, que confere o Grau Académico de Licenciatura e aprova o plano de estudo do Curso criado.

**Decreto Executivo n.º 589/17:**

Cria 3 Cursos de Graduação na Faculdade de Economia da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, que conferem o Grau Académico de Licenciatura e aprova os planos de estudo dos Cursos criados.

**Decreto Executivo n.º 590/17:**

Cria 7 Cursos de Graduação no Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade 11 de Novembro, que conferem o Grau Académico de Licenciatura e aprova os planos de estudo dos Cursos criados.

**Decreto Executivo n.º 591/17:**

Cria o Curso de Graduação em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, que confere o Grau Académico de Licenciatura e aprova o plano de estudo do Curso criado.

**Decreto Executivo n.º 592/17:**

Cria 8 Cursos de Graduação, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, que conferem o Grau Académico de Licenciatura e aprova os planos de estudos dos Cursos criados.

**Decreto Executivo n.º 593/17:**

Cria 6 cursos de Graduação na Escola Superior Politécnica do Moxico da Universidade José Eduardo dos Santos, que conferem o Grau Académico de Licenciatura e aprova os planos de estudo dos Cursos criados.

**Decreto Executivo n.º 594/17:**

Cria o Curso de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos, nas especialidades em Gestão Estratégica do Potencial Humano na Sociedade do Conhecimento e em Gestão e Desenvolvimento do Potencial Humano em Ambiente Empresarial, na Universidade Gregório Semedo e aprova o plano de estudo do Curso criado.

**Decreto Executivo n.º 595/17:**

Cria o Curso de Mestrado em Saúde Pública, na Faculdade de Medicina da Universidade Jean Piaget de Angola, que confere o Grau Académico de Mestre e aprova o plano de estudo do Curso criado.

**Decreto Executivo n.º 596/17:**

Cria o Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental, na Universidade Independente de Angola e aprova o plano de estudo do Curso criado.

**Decreto Executivo n.º 597/17:**

Cria o Curso de Mestrado em Economia no Instituto Superior Politécnico Lusitana de Cabinda e aprova o plano de estudo do Curso criado.

**Decreto Executivo n.º 598/17:**

Cria o Curso de Mestrado em Gestão de Empresas, nas especialidades em Finanças e Mercados Financeiros, Gestão Comercial e em Logística e Transportes, na Universidade Gregório Semedo e aprova o plano de estudo do Curso criado.

**Decreto Executivo n.º 599/17:**

Cria o Curso de Mestrado em Direito com as especializações em Ciências Jurídico-Forenses, Ciências Jurídico-Políticas e em Direitos Humanos, na Faculdade de Direito da Universidade de Belas, que confere o Grau Académico de Mestre e aprova o plano de estudo do Curso criado.

**Decreto Executivo n.º 600/17:**

Homologa as reformas e inovações ao Curso de Graduação em Medicina na Faculdade de Medicina da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, que confere o Grau Académico de Licenciatura, e o plano de estudo do Curso reformulado e inovado. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 601/17:**

Homologa as reformas e inovações ao Curso de Graduação em Medicina no Departamento de Biotecnologia e Ciência da Saúde do Instituto Superior Técnico Militar, que confere o Grau Académico de Licenciatura e o plano de estudo do Curso reformulado e inovado. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Despacho n.º 675/17:**

Homologa a designação dos titulares dos órgãos executivos de gestão do Instituto Superior Técnico de Administração e Finanças — ISAF.

**Decreto Executivo n.º 596/17**  
**de 5 de Outubro**

Considerando que a Universidade Independente de Angola é uma Instituição de Ensino Superior privada, criada pelo Decreto n.º 11/05, de 11 de Abril, está vocacionada a ministrar cursos de formação graduada e pós-graduada nos termos do disposto no artigo 30.º do Decreto n.º 90/ 09, de 15 de Dezembro;

Tendo em conta que estão reunidos todos os pressupostos legais para que seja formalmente criado o Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental, na Universidade Independente de Angola, conforme previsto no Decreto Executivo n.º 29/11, de 3 de Março;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro e a alínea g) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/ 09, de 15 de Dezembro, determino:

**ARTIGO 1.º**  
**(Criação do curso)**

É criado o Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental, na Universidade Independente de Angola.

**ARTIGO 2.º**  
**(Aprovação do plano de estudos)**

1. É aprovado o Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental, constante do Anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2. O Plano de Estudos referido no ponto anterior é realizado num total de 2736 horas de actividades curriculares, durante um ciclo de formação.

3. O Plano de Estudos ora aprovado é inalterável e de cumprimento obrigatório, durante um ciclo de formação.

**ARTIGO 3.º**  
**(Corpo docente)**

O Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental, é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade e com grau académico de Doutor de acordo com a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

**ARTIGO 4.º**  
**(Perfil de entrada)**

1. Os candidatos ao Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental, devem apresentar como perfil de entrada o documento que ateste a conclusão da licenciatura em Ciências de Engenharia e Ambiente, com média igual ou superior a 14 valores.

2. Os candidatos que preencham o perfil referido no ponto anterior podem inscrever-se no Curso de Mestrado desde que aprovem no exame de acesso e apresentem um projecto de investigação alinhado com o respectivo plano de estudos, aprovado pelo presente Decreto Executivo.

**ARTIGO 5.º**  
**(Concessão do grau de mestre)**

A concessão do grau académico de Mestre em Planeamento e Gestão Ambiental, pressupõe a verificação e conclusão dos seguintes actos:

- a) A frequência e a aprovação nas unidades curriculares que integram as actividades académicas presenciais do Curso de Mestrado;
- b) A realização das actividades de investigação científica inerentes ao Curso de Mestrado;
- c) A elaboração e a apresentação de uma dissertação escrita, que deve ser objecto de defesa e a aprovação perante um júri constituído para o efeito.

**ARTIGO 6.º**  
**(Perfis de saída)**

Após a conclusão do Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental, o estudante adquire um perfil de saída em que reúne as seguintes competências:

- a) Desenvolver programas estruturados com abordagem metodológica moderna sobre Gestão Ambiental;
- b) Desenvolver trabalhos científicos, utilizando técnicas avançadas da metodologia na opção planeamento e gestão ambiental;
- c) Utilizar as principais técnicas de análise de dados;
- d) Projectar, programar, planificar, dirigir e avaliar acções de formação, sobre tudo no âmbito da formação contínua dos profissionais de planeamento e gestão ambiental.

**ARTIGO 7.º**  
**(Campo de actuação)**

O Mestre em Planeamento e Gestão Ambiental, deve, dentre outras, desenvolver a sua actividade profissional nos seguintes campos:

- a) Gabinetes de projecto e consultoria;
- b) Agência de ambiente e de desenvolvimento sustentável;
- c) Empresa de investimento imobiliário e turístico;
- d) Governos Provinciais, Municipais e Distritais;
- e) Administração Central e Regional;
- f) Institutos Públicos e associações de Municípios;
- g) Agências governamentais e de desenvolvimento local;
- h) Observatório de ordenamento do território.

**ARTIGO 8.º**  
**(Vigência dos cursos)**

O Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental ora criado, entra em funcionamento no Ano Académico 2018 e a sua ministração tem um período de vigência correspondente a um ciclo de formação, nos termos da Legislação Vigente no Subsistema de Ensino Superior.

**ARTIGO 9.º**  
**(Número de vagas)**

O Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental criado pelo presente Decreto Executivo tem um número máximo de 30 vagas.

ARTIGO 10.º  
(Propinas e emolumentos)

As propinas e os emolumentos para a frequência do Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental são definidos em conformidade com as regras estabelecidas para o efeito na legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 11.º  
(Nova edição do curso de Mestrado)

A ministração de uma nova edição do ciclo de formação do Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental da Universidade Independente de Angola, fica dependente da avaliação positiva do ciclo de formação ministrado anteriormente, a ser efectuado pelo serviço especializado competente do Departamento Ministerial responsável pela gestão do Subsistema de Ensino Superior, nos termos da Lei.

ARTIGO 12.º  
(Avaliação e acreditação do curso)

O Curso de Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental criado pelo presente Decreto Executivo é submetido a avaliação e acreditação periódica do serviço especializado competente do Departamento Ministerial responsável pela gestão do Subsistema de Ensino Superior, nos termos da lei.

ARTIGO 13.º  
(Regulamento do curso)

1. A organização e o funcionamento do Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental obedecem ao disposto no presente Decreto Executivo e no respectivo regulamento de curso.

2. O regulamento de curso referido no ponto anterior carece de homologação do Departamento Ministerial responsável pela gestão do Subsistema de Ensino Superior.

## ARTIGO 14.º

### (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Ministério do Ensino Superior.

ARTIGO 15.º  
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação em *Diário da República*.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Agosto de 2017.

O Ministro, *António Miguel André*.

## ANEXO

## Plano de Estudo do Curso de Mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental

1.º Ano											
1.º Semestre (16 semanas)						2.º Semestre (16 semanas)					
Disciplinas	T	TP	P	HS	HSem	Disciplinas	T	TP	P	HS	HSem
Teoria do Planeamento	2		3	S	80	Economia e Meio Ambiente	2		2	4	64
Poliuição Sonora	2		3	5	80	Educação Ambiental: Conceitos, Evolução e Práticas	2		2	4	64
Aplicações Informáticas e Geográfica	2	1	2	5	80	Dimensão Política e Social da Gestão Ambiental	2		2	4	64
Estatística	3	1	3	7	112	Avaliação de Impacto Ambiental e Auditoria	2	1	3	6	96
Planeamento Ambiental e Controlo de Desenvolvimento	3		3	6	96	Gestão de Recursos Hídricos	2		3	5	80
Planeamento para Prevenção de Desastres	2		2	4	64	Poluição Química do Meio Ambiente	2		2	4	64
Planeamento Urbano, Rural e Regional	2		2	4	64	Estatística Inferencial Aplicada ao Planeamento e Gestão Ambiental	3	1	3	7	112
Direito e Legislação Ambiental	2		3	5	80	Ecologia Aplicada - Avaliação de Impactos Ecológicos	2	1	2	5	80
Metodologia de Investigação Científica	2	1	2	5	80	Inovação Tecnológica e Empreendedorismo na Área do Meio	2	1	3	6	96
Subtotal de horas	20	3	23	46	736	Subtotal de horas	19	4	22	45	720
Total Anual de horas 1456											

2.º Ano											
1.º Semestre (16 semanas)						2.º Semestre (16 semanas)					
Disciplinas	T	TP	P	HS	HSem	Disciplinas	T	TP	P	HS	HSem
Elaboração do Projecto de Dissertação		2	5	7	112	Desenvolvimento da Investigação Orientada	1	3	6	10	160
Desenvolvimento da Investigação Orientada	1	3	6	10	160	Divulgação dos resultados (Apresentação de trabalhos em eventos científicos; Publicação de artigos Científicos)	2		4	6	96
Estágio			23	23	368	Elaboração e Defesa da dissertação			24	24	384
Sub-total de horas	1	5	34	40	640	Sub-total de horas	3	3	34	40	640
Total Anual de horas 1280											

Total de Horas Lectivas	2736
-------------------------	------

LEGENDA		TOTAL DE HORAS	TOTAL DE HORAS (%)
T	Horas Teóricas	688	25%
TP	Horas Teóricas-Práticas	240	9%
P (Inclui trabalho individual do estudante)	Horas Práticas	1808	66%
HS	Horas Semanais	2736	100%
Hsem	Horas Semestrais	2736	100%

O Ministro, *António Miguel André*

### Decreto Executivo n.º 597/17 de 5 de Outubro

Considerando que a o Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda, é uma Instituição de Ensino Superior privada criada pelo Decreto Presidencial n.º 168/12, de 24 de Julho, está vocacionada a ministrar cursos de Formação Graduada e Pós-Graduada nos termos do disposto no artigo 30.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Tendo em conta que estão reunidos todos os pressupostos legais para que seja formalmente criado o Curso de Mestrado em Economia, no Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda, conforme previsto no Decreto Executivo n.º 29/11, de 3 de Março;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro e a alínea g) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, determino:

#### ARTIGO 1.º (Criação do curso)

É criado o Curso de Mestrado em Economia, no Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda.

#### ARTIGO 2.º (Aprovação do plano de estudos)

1. É aprovado o Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Economia, constante do Anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2. O Plano de Estudos referido no ponto anterior é realizado num total de 2240 horas de actividades curriculares, durante um ciclo de formação.

3. O Plano de Estudos ora aprovado é inalterável e de cumprimento obrigatório, durante um ciclo de formação.

#### ARTIGO 3.º (Corpo docente)

O Curso de Mestrado em Economia é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade e com grau académico de Doutor de acordo com a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

#### ARTIGO 4.º (Perfil de entrada)

1. Os candidatos ao Curso de Mestrado em Economia devem apresentar como perfil de entrada o documento que ateste a conclusão da Licenciatura em Economia ou áreas equivalentes, com média igual ou superior a 14 valores.

2. Os candidatos que preencham o perfil referido no ponto anterior podem inscrever-se no Curso de Mestrado desde que aprovem no exame de acesso e apresentem um projecto de investigação alinhado com o respectivo plano de estudos, aprovado pelo presente Decreto Executivo.

#### ARTIGO 5.º (Concessão do grau de Mestre)

A concessão do grau académico de Mestre em Economia, pressupõe a verificação e conclusão dos seguintes actos: